

**PROVÍNCIA DO MOXICO**

**GRUPO PROVINCIAL DE AVALIAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

**AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À INSEGURANÇA  
ALIMENTAR  
(Novembro/02 – Abril/2003)**

Membros do grupo:

- APN
- CAPDC
- DOM BOSCO
- GOAL
- JRS
- LWF
- MAG
- MEDAIR
- MINADER-GSA
- MINARS
- MINSA
- MSF-B
- OCHA
- PAM
- SCF-USA
- UNICEF
- VVIF
- AAA

**Luena, Maio de 2003**

## ÍNDICE

	<b>Página</b>
Resumo	3
1. Introdução	4
2. Acessibilidade e População	4
2.1 Acessibilidade	4
2.2 População	5
2.3 Movimentos de população	5
3. Agricultura	7
3.1 Aspectos gerais	7
3.2 Análise do desenvolvimento da campanha agrícola	7
3.3 Estimativas de produção e reservas alimentares	8
3.4 Previsão para campanha agrícola 2003-04	9
4. Mercados e Preços	9
4.1 Acesso físico aos mercados	9
5. Situação nutricional e de saúde	11
5.1 Nutrição	11
5.2 Saúde	11
5.3 Acesso aos serviços de saúde	12
5.4 Saneamento	12
5.5 Situação do HIV/SIDA	12
6. Meios de sustento e estratégias de sobrevivência	13
7. Áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar	14
7.1 Áreas em risco de insegurança alimentar	14
7.2 Levantamento dos grupos populacionais	15
8. Conclusões: índice integrado de vulnerabilidade	16
9. Recomendações	17

## **Relatório de Análise de Vulnerabilidade Província do Moxico**

### **Novembro de 2002 a Abril 2003**

#### **Resumo Executivo**

A circulação de pessoas e bens reduziu significativamente durante os últimos seis meses, devido a degradação dos acessos. Algumas localidades nos municípios de Luacano, Luau e Alto Zambeze continuaram isolados à circulação rodoviária devido a existência de minas e de pontes partidas.

Informações do MINARS referem que cerca de 83,086 pessoas, terão retornado às suas áreas de origem, entre as quais cerca de 10,000 são ex-refugiados que regressaram aos municípios de Luau, Alto Zambeze, Lumbala Nguimbo e Moxico. No processo de reintegração das populações foram encerradas as áreas de recepção familiar e de desmobilizados da UNITA. Neste processo, cerca de 9,949 pessoas foram transportadas para as províncias do Huambo, Bie, Lunda Sul, Malange, Bengo, Cuando Cubango e Uige.

A situação de segurança alimentar na província do Moxico melhorou em relação ao período anterior principalmente nos municípios de Luchazes, Lumbala Nguimbo, Alto Zambeze e Luau, fruto do aumento da comercialização com os países vizinhos, do acesso aos insumos agrícolas e da situação de saúde.

Os preços dos produtos alimentares que compõem as cestas alimentares básica e alternativa foram muito elevados, com aumentos na ordem de 37.45 e 26.58 % respectivamente, em Abril de 2003, em relação ao mesmo mês do ano anterior e, continuam a ter uma tendência de alta devido aos baixos níveis de produção e aos elevados custos de transporte a partir de Luanda. Em Abril, o custo médio da cesta alimentar básica foi de USD 35,12 - 33, 44 % mais baixo que em Outubro de 2002.

No próximo período a disponibilidade de produtos alimentares locais nos mercados poderá aumentar devido ao aumento da acessibilidade e da circulação de pessoas e bens. Os preços de alguns produtos básicos poderão baixar aumentando assim o poder de aquisição da população mais pobre.

Apesar de se terem registado melhorias no sistema de fornecimento de medicamentos essenciais aos postos, a situação de saúde continua preocupante. Foram registados muitos casos de mobilidade por malária, atingindo cerca de 38% dos casos diagnosticados nas unidades sanitárias. Em todos os municípios foram notificados casos de sarampo em crianças com menos de 5 anos de idade. No hospital provincial Luena foram confirmados durante o primeiro trimestre de 2003, 208 casos.

A rede de segurança nutricional na província foi reduzida, e passou a estar constituída por dois CNS e um CNT. Registou-se igualmente redução no número de admissões aos centros, que se associa ao melhoramento no acesso à varias fontes de alimentos. A média de admissões no CNT do Moxico baixou de 316 para 25 crianças em Abril de 2003 (-92%) em relação ao mês Abril de 2002 CNT: No CNS o número de admissões baixou de 338 para 66 em Abril de 2003 menos 80% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nos municípios de Moxico e Camanongue as chuvas tiveram inicio em Agosto e nos municípios de Bundas e Luchazes foram ligeiramente tardias. De forma geral apresentaram um comportamento regular e permitiram um bom desenvolvimento das culturas.

Registou-se melhorias na disponibilidade de insumos agrícolas, especialmente para a população retornada. Segundo o MINADR cerca de 70,300 famílias cultivaram na presente campanha agrícola e a distribuição de insumos terá abrangido cerca de 57% destas famílias. As áreas médias cultivadas por família foram estimadas em 2 ha para os residentes, 1 ha para retornados e reassentados e 0.5 ha para os deslocados.

A produção total da província foi estimada em 3,367 (TM) para cereais, 952 (TM) para feijão e 1,007(TM) para o amendoim e 141,000 TM de mandioca. Em Camanongue as famílias poderão ter reservas em milho e feijão para cerca de 4 meses. Nos municípios de Leua, Cameia, Luau Alto Zambeze e Camanongue as colheitas de mandioca poderão cobrir as necessidade alimentares até as colheitas de 2004. Nos municípios de Luacano e Luchazes, onde a fonte de cereais e leguminosas é o mercado, a capacidade de aquisição estará em função da captura de peixe nesta época piscícola.

Nos municípios de Moxico, Alto Zambeze e Luchazes, encontram-se em situação de insegurança alimentar um número aproximado de 19,700 pessoas, maioritariamente retornados (12,500) e residentes vulneráveis (4,100) que necessitam de assistência alimentar. Cerca de 17,200 destas pessoas encontram-se na comuna de Lovua, Lumbala Caquengue e Cangamba, localidades que apresentam boas oportunidades de sustento. Prevê-se portanto que estes grupos poderão no próximo período reduzir o seu grau de vulnerabilidade caso lhes sejam fornecidos apoios em factores de produção.

Nas comunas com grau de risco moderado, encontram-se cerca de 96,000 pessoas em situação de vulnerabilidade elevada. São na sua maioria retornados (65,850 pessoas) e residentes vulneráveis (16,190). O apoio alimentar a estes grupo servirá para prevenir a degradação do seu estado de nutrição.

Nas áreas inacessíveis de Macongo, Cavungo, Luacano, Luchazes e Bundas, cerca de 20,000 encontram-se em situação de situação de insegurança alimentar, situação que poderá agravar-se nos próximos meses, caso as áreas se mantenham inacessíveis à assistência humanitária.

## 1. Introdução

A vulnerabilidade à insegurança alimentar é definida como a probabilidade/risco de um declínio acentuado no acesso a alimentos ou no seu consumo de acordo com indicadores dos níveis mínimos de bem-estar humano e a capacidade dos grupos humanos de lidar/contornar esses riscos em dado período de tempo. O Grupo provincial de Vulnerabilidade, do qual fazem parte o PAM e os seus parceiros do Governo e ONGs, através de consultas e recolha de dados, com, levou acabo a análise de vulnerabilidade para o período de Novembro de 2002 a Abril de 2003, naquelas áreas em que suficiente informação foi fornecida pelos membros do Grupo.

### Objectivos específicos

Os objectivos específicos do exercício, que pretende analisar os dados relacionados com a segurança alimentar durante o período Novembro de 02 a Abril de 03, são os seguintes:

Analisar a circulação de pessoas e bens e o seu impacto sobre as condições de vida da população;

Avaliar o funcionamento da rede comercial e a disponibilidade e acessibilidade dos alimentos básicos nos principais mercados da província;

Avaliar o desenvolvimento da produção agrícola durante a estação seca e a capacidade dos agregados familiares, nos vários grupos socio-económicos, de satisfazerem as suas necessidades alimentares com base na sua auto-produção (estimativas de reservas alimentares);

Examinar os dados disponíveis sobre a saúde e o estado nutricional das populações nas áreas mais afectadas pelo conflito;

Avaliar a capacidade de resposta dos grupos populacionais às situações de crise com base em estratégias alternativas para a geração de rendimentos e mecanismos de sobrevivência;

Determinar o grau de vulnerabilidade geográfica das diferentes comunas da província e dos diferentes grupos populacionais presentes nas comunas sobre as quais há suficiente informação;

Alertar para os factores que possam vir a afectar o grau de vulnerabilidade dos grupos populacionais mais vulneráveis por área geográfica, no período Novembro/02-Abril/03.

## 2. Acessibilidade e população

**2.1 Acessibilidade.** Durante o período em análise, a acessibilidade na província foi caracterizada pelo isolamento de várias estradas, principalmente as que conduzem às capitais municipais e a maioria das comunas. Chuvas intensas iniciadas a partir do 3º decénio de Novembro, aumentaram o nível de degradação das estradas principais isolaram à circulação rodoviária, os municípios de Luacano, Luau e Alto Zambeze, situados no corredor Nordeste da província e tornaram difícil o acesso aos municípios do Leua e Lumeje-Cameia, importantes eixos de comercialização e escoamento de produtos alimentares de origem agrícola e piscícola.

Nos municípios situados a Sul da província, Bundas e Luchazes, a circulação de pessoas e bens foi baixa restringindo-se a peões e bicicletas. Nestas localidades a assistência humanitária foi feita somente por via aérea devido a insegurança nas vias resultado da existência de minas e de pontes partidas. Esta situação dificultou em grande parte a circulação de pessoas, o escoamento da produção agrícola e a realização de trocas comerciais, que são as principais fontes de rendimento das famílias.

A circulação inter-provincial no eixo Moxico-Saurimo- Malanje que faz ligação com a província de Luanda, principal fonte de aquisição de bens alimentares e industriais também foi dificultada no período de Dezembro/02 a Janeiro/03 devido as obras de reabilitação da ponte sobre o rio Luiu na província de Malange. Com a reabertura desta via no mês de Fevereiro de 2003 a maior parte da transportação das ajudas humanitárias e do sector comercial passou a ser realizada por via terrestre aumentando a quantidade de produtos no circuito mercantil. Num outro sentido estão sendo empreendidos esforços para a reabilitação da estrada que liga o Luena à província do Bié. Esta rota é de capital importância para futuro o desenvolvimento da província dada a sua proximidade com as cidades de maior desenvolvimento económico como o Huambo e Benguela.

As actividades dos operadores humanitários foram dificultadas pela suspeita do perigo de minas nas áreas recentemente reabertas à assistência humanitária. A rede de estradas secundárias e terciárias foram tidas como pouca seguras o que sugere a necessidade de avaliações para a abertura destas estradas.

Não foram registados incidentes relevantes com minas nos últimos seis meses mas, segundo as ONGs ligadas a área de desminagem, na província do Moxico grandes extensões de terras foram cenários de conflitos militares e foram implantadas um grande numero de minas. Segundo o relatório de avaliação das estradas e pontes feita pela ONG Britânica MAG realizada entre Novembro e Dezembro de 2002, os municípios de Bundas e Luchazes são os mais críticos o que vai requerer maior capacidade dos operadores de desminagem e acções de reabilitação de infra-estruturas.

A UNSECORD realizou avaliação de segurança em Maio/03, e foram abertas as estradas que ligam Cazombo - Calala - Calunda - Macondo no município do Alto Zambeze, Camanogue - Lumeje Cameia e Camanogue - Tchanamata o que vai permitir o reatamento da circulação de pessoas e a assistência a projectos de reabilitação nas comunidades rurais.

Na estação seca, normalmente intensifica-se o movimento de circulação de pessoas e bens em toda extensão do território. Exceptuam-se os municípios Bundas e Luchazes do corredor sul onde o acesso não irá melhorar



suas áreas de origem. Para o município de Camanongue o MINARS organizou e apoiou com transporte o retorno de 1,773 pessoas. Como se pode ler na tabela 2, os maiores fluxos de retorno foram registados, por ordem de prioridade, para os municípios do Luau, Alto Zambeze e Luacano.

O retorno dos desmobilizados e seus familiares foi organizado pelas Forças Armadas Angolanas e MINARS que também providenciaram o apoio em bens não alimentares necessários para a reinstalação das famílias. Para estes, os dados globais fornecidos pelo MINARS podem ser considerados próximos dos reais. Para os antigos deslocados, os movimentos de retorno foram na maior parte dos casos espontâneos e de difícil controlo. Os dados fornecidos pelo MINARS e OCHA constituem um indicador, mas a comunidade humanitária acredita que os dados reais são superiores aos reportados.

**Tabela 1 - População da província**

Município	Total pessoas	H	M	Força trabalho activa	Média agregado
Alto Zambeze	24,570	8,845	15,725	2	4
Bumbas	16,484	5,934	10,550	3	5
Camanongue	11,997	4,319	7,678	3	6
Cameia	18,411	6,628	11,783	3	5
Luacano	36,675	13,203	23,472	3	5
Luau	39,657	14,277	25,380	3	5
Luchazes	13,542	4,875	8,667	3	5
Luea	36,995	13,318	23,677	4	7
Moxico	218,602	83,069	135,533	3	6
<b>Total</b>	<b>416,933</b>	<b>154,468</b>	<b>262,465</b>		

Fonte: Gabinete Provincial do Plano

Na província existiam três áreas de recepção familiar que albergavam 22,025 pessoas entre desmobilizados e seus familiares. Estas áreas foram oficialmente encerradas em Abril de 2003, respectivamente Calapo no Alto Zambeze, Chicala I e II e Lucusse ambos no município do Moxico. Destas áreas 15,591 pessoas, foram transportadas para suas áreas de origem, respectivamente: 5,642 no Moxico, Huambo 4,722, Bié 3,825, Benguela 583, Huila 404, Kuanza Sul 111, Lunda Sul 116 Lunda Sul, 97 para o Kuando Cubango e 91 para as províncias de Luanda, Malange, Uíge e Bengo.

O MINARS registou a chegada de 7,636 pessoas provenientes das áreas de acolhimento de Tchineji na província da Lunda Sul, Capaia na Lunda Norte, Mandimba em Mbanza Congo, Damba em Malange, Santa no Cruz Bengo e do Moxico. Na antiga área de recepção familiar de Chicala I no Luena existem cerca de 340 pessoas, que optaram em fixar-se naquela localidade e integra-se no sistema produtivo.

No processo de retorno dos desmobilizados e seus familiares, os municípios do Moxico e Luau foram os mais preferidos. Os que têm como destino os municípios do Luau, Bundas, Luchazes e Lumeje Cameia, encontram-se no centro de transito Dom Bosco no Luena, pelo facto de aquelas localidades não serem acessíveis durante a época das chuvas. O aspecto físico destas pessoas é considerado bom não havendo sinais de malnutrição mas, regista-se grande incidência de sarna em crianças com idades inferiores a 10 anos dadas as más condições de higiene e de saneamento nos locais onde estão concentrados.

Cerca de 12,850 pessoas continuam nos campos de deslocados de Cautepue, Chizule, Bundas, Luchazes, Muachimbo e Muacanhica, recebendo regularmente assistência alimentar do PAM até Abril-03. Os deslocados nestes campos mantêm uma estratégia de dupla residência mantendo um vinculo nas terras de origem ou em zonas de pesca e caça e no campo onde as mulheres e crianças têm melhores condições de alimentação e acesso a escola e a saúde. Na província do México existem dois centros de transito em funcionamento, sendo um no Luena e outro no Luau e dois centros em construção no Lumbala Nguimbo e Cazombo, principais pontos de entrada de retornados. O objectivo destes centros é o de providenciar assistência primária as pessoas que chegam nestas localidades fundamentalmente através do fornecimento de ração quente, o acesso a programas de recuperação nutricional e assistência a saúde.

Os próximos meses serão marcados por um intenso movimento de retorno organizado pelo UNHCR, a partir da Republica da Zâmbia e da Republica Democrática do Congo e de deslocados para suas áreas de origem num

O processo de repatriamento de refugiados Angolanos na República da Zâmbia e na República Democrática do Congo, terá início oficialmente em Junho de 2003 mas, efectivamente o processo de retorno voluntário teve início logo a seguir à reposição do Administração do estado no município do Luau. Este movimento não foi seguido por um processo de registo, e não existem portanto dados concretos sobre as entradas. Informações do UNHCR, MEDAIR e LWF referem que cerca de 81,400 pessoas já regressaram ao país e fixaram-se nas localidades de Alto Zambeze, Bundas, Luau e Moxico, onde recebem assistência alimentar do PAM.

**Tabela 2 - Movimento de retorno às áreas de origem**

Município	Comuna	Nº Pessoas	Nº famílias
Alto Zambeze	Cazombo	24,842	6,211
Bundas	L. Nguimbo	13,117	2,623
Cameia	Cameia	179	36
Kamanongue	Kamanongue	1,871	374
Leua	Leua	96	19
Luacano	Luacano	10,564	2,113
Luau	Luau	24,660	4,932
Luchazes	Luchazes	673	135
Moxico	Moxico	7,084	1,181
<b>Total</b>		<b>83,086</b>	<b>17,623</b>

Fonte: MINARS

processo que esta está sendo preparado pelo MINARS. De acordo com o UNHCR no Luena perto de 65,722 pessoas refugiadas nos países vizinhos, regressarão ao país a partir de Junho/03 e vão instalar se nos vários municípios da província. Serão beneficiários da assistência alimentar até a primeira colheita mas, as decisões da assistência dependerão de futuras Avaliações das Necessidades Alimentares a serem realizadas pelo grupo Provincial do RFNA.

### 3. Agricultura

**3.1 Aspectos gerais.** De uma maneira geral, a situação agrícola melhorou com o retorno das famílias às áreas de origem o que permitiu, ao nível do sector camponês, um maior acesso a terras férteis nas novas áreas acessíveis e o alargamento das parcelas de cultivo. Ao mesmo tempo constatou-se uma cobertura geográfica mais ampla em relação a distribuição de insumos agrícolas na província pelas ONGs, comparando com a campanha anterior embora concentrada ainda nas sedes municipais.

O relatório cobre as principais actividades agrícolas realizadas durante a principal época da campanha agrícola 2002-03, nomeadamente a plantação de mandioca e batata-doce, actividades que se estenderam até a 2ª quinzena do mês de Abril, sementeiras, amanhos culturais e colheitas de milho, feijão, abóboras, amendoim, hortícolas provenientes das terras baixas, intermédias e á volta das casas, semeadas entre Agosto e Outubro de 2002, bem como colheitas escalonadas de mandioca plantada na campanha agrícola 2001-2002.

### 3.2 Análise do desenvolvimento da campanha agrícola

Não excite muita informação sobre o comportamento das chuvas nos oito municípios com excepção do Moxico. As chuvas começaram a cair no 2º decénio do mês de Agosto com baixa intensidade até no mês de Outubro e intensificaram-se nos meses seguintes com uma frequência regular. O MINADER considera que as quedas pluviométricas tiveram um padrão de distribuição normal, em frequência e intensidade, ao longo do ano agrícola, nos municípios de Camanongue, Leua, Cameia, Luau e Alto Zambeze e tiveram influencia positiva no desenvolvimento e rendimento das culturas em relação a campanha agrícola anterior. Nos municípios a Sul da província, nomeadamente nos Luchazes (Cangamba) e Bundas (Lumbala Nguimbo) as chuvas tiveram inicio tardio o que afectou a germinação de cereais, milho, massango e massambala reflectindo-se negativamente nos resultados da colheita.

Segundo o MINADER, 70,300 famílias foram envolvidas na campanha agrícola na província do Moxico. A distribuição de sementes e utensílios agrícolas abrangeu cerca de 40,464 famílias camponesas sendo 49% residentes, 47% retornados e 4% deslocados chegados depois 2001, o que corresponde a uma cobertura de apenas 57% da população agrícola. Parte da semente de milho, SAM3 adquirida no país, foi distribuída aos deslocados tardiamente, no mês de Dezembro, já fora da época de sementeira. Os resultados do RFNA (Avaliação Rápida das Necessidades Alimentares) realizada em princípios de Abril, dizem que devido a sementeira tardia, a produção do milho para os deslocados foi considerada nula. A tabela 3.a mostra a distribuição de insumos agrícolas e o gráfico 1 a cobertura geográfica.

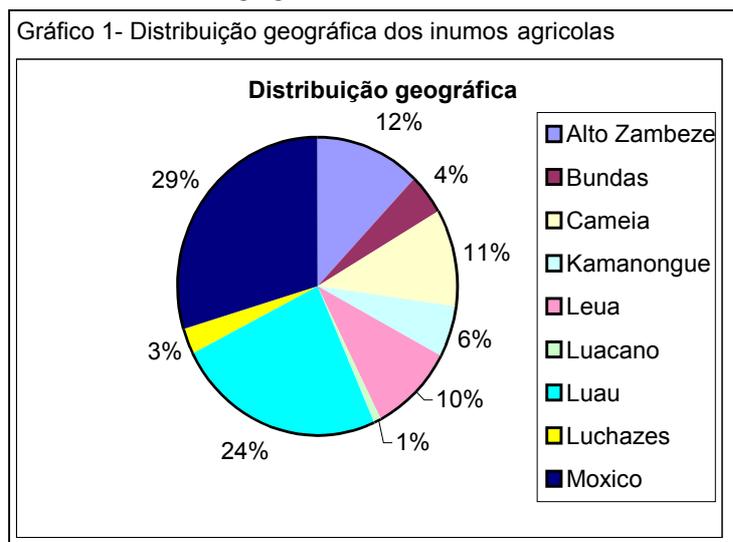
**Tabela 3.a - Distribuição de insumos agrícolas**

Município	N. Famílias	Sementes - TM						Instrumentos de trabalho (unid)				Fertilizantes (TM)	
		Milho	Massango	Massambala	Feijão	Macunde	Amendoim	Enxadas	Catanas	Limas	Machados	Compostos	Simplex
Alto Zambeze	5,000	50	0	0	25	0	25	5,000	5,000	0	0	0	0
Bundas	1,725	9	9	9	0	0	9	1,725	1,725	1,725	0	0	0
Cameia	4,250	7	0	0	4	4	4	2,800	2,040	541	1,400	28	7
Kamanongue	2,300	12	0	0	6	6	6	4,600	2,300	0	2,300	46	12
Leua	3,920	25	0	0	10	0	10	7,240	3,920	2,220	3,320	0	0
Luacano	360	0	0	0	0	0	0	360	360	360	0	0	0
Luau	9,770	22	0	0	9	7	9	11,743	8,930	0	2,335	56	0
Luchazes	1,115	6	6	6	0	0	6	1,115	1,115	1,115	1,115	0	0
Moxico	12,024	35	0	0	10	1	11	16,514	12,024	10,624	6,490	0	0
<b>Total</b>	<b>40,464</b>	<b>115</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>63</b>	<b>17</b>	<b>78</b>	<b>51,097</b>	<b>37,414</b>	<b>16,585</b>	<b>16,960</b>	<b>130</b>	<b>19</b>

Fonte: SCF-US, LWF, ANGOAVI, MEDAIR, CAPDC, DOM BOSCO

O gráfico 1 mostra que as maiores proporções de famílias que tiveram acesso a sementes e instrumentos agrícolas através das ONGs encontram-se nos municípios do Moxico, Luau, e Alto Zambeze. Esta distribuição proporcional é um indicador do apoio que foi prestado às famílias retornadas. O município do Luacano, apesar de ter registado um número grande de famílias retornadas, cerca de 2,000 famílias, a distribuição dos insumos foi dificultada pelas más condições dos acessos.

A distribuição de sementes não correspondeu a um padrão uniforme, em termos de quantidades ou de necessidades dos agregados nas diferentes localidades. As famílias apoiadas com insumos da EuronAid receberam kits constituídos de 5kg de milho, 2.5 kg de feijão e 2.5 kg de amendoim; as famílias apoiadas pela FAO receberam o dobro destas quantidades.



Informações do MINDER referem que a área total cultivada na província foi de cerca de 85,327 hectares, estimada na quantidade de semente distribuída. As áreas cultivadas por família foram estimadas em 2 hectares para os residentes e 1ha para retornados e 0.5 ha para deslocados. A cultura da mandioca ocupa a maior parte da área com cerca de 85% e o massango, massambala e feijão macunde os restantes 15%, embora estas proporções possam variar entre os municípios. As ONGs referem que no Luau por exemplo, a área ocupada pelo milho é superior a estimada pelo MINADER. No contexto actual, de maior

estabilidade, o tamanho da terra cultivada aumentou em relação a campanha anterior ao que se presume maior interesse por parte das famílias retornadas em aumentar as suas áreas de cultivo até perto de 2 hectares na próxima campanha agrícola 2003-2004, mas, estará em função do acesso aos meios de produção quer através do mercado local ou de apoios de ONGs. Entrevistas realizadas a famílias retornadas, a insuficiência de estacas de mandioca foi referida como o principal constrangimento para o aumento da área cultivada na presente campanha agrícola.

Para o aumento das áreas cultivadas, as famílias residentes com alguns recursos financeiros ou com capacidade de pagamento em bens alimentares ou produtivos, recorreram ao recrutamento de mão de obra maioritariamente constituída por retornados ou deslocados. Para estes grupos, os biscatos para além de fonte de alimentos, constituíram um processo de aquisição de material de propagação como rama estacas de mandioca, de batata-doce e sementes de outras culturas.

A segunda época da campanha agrícola limitou-se a distribuição de sementes de hortícolas e instrumentos de trabalho a 34,882 famílias. O meses de Março e Abril foram dedicados a preparação de alfofres de couve, cenoura, tomate, cebola, pimento e quiabos, para posterior transplantação em lugares definitivos. A tabela 3.b seguir ilustra as quantidades distribuídas por famílias e por municípios.

Tabela 3.b- Inputs distribuídos na 2ª época

Município	N/famílias	Sementes/kg							Instrumentos agrícolas (unid.)			
		Couve	Tomate	Cenoura	Cebola	Repolho	Quiabo	Pimento	Enxadas	Catanas	Limas	Machados
Alto Zambeze	3,552	18	18	18	18	18		18				
Cameia	1,141	6	6	6	6			1,141	1,141	1,141	1,141	
Camanongue	2,083	11	11	11	11			2,083	2,083	2,083	2,083	
Leua	1,006	5	5	5	5			1,006	1,006	1,006	1,006	
Luacano	3,392	2	2	2	2							
Luau	9,000	5	5	5	5							
Moxico	14,708	74	74	74	74	20	7	19	14,708	14,708	14,708	14,708
<b>Total</b>	<b>34,882</b>	<b>121</b>	<b>121</b>	<b>121</b>	<b>121</b>	<b>38</b>	<b>7</b>	<b>37</b>	<b>18,938</b>	<b>18,938</b>	<b>18,938</b>	<b>18,938</b>

Fonte: MINADER/LWF

### 3.3 Estimativas de produção e reservas alimentares

As estimativas de produção feitas pelo MINADER e representadas na tabela 3.c, indicam que a produção de cereais e leguminosas não são suficientes para satisfazer as necessidades alimentares das famílias até a próxima colheita. A produção total de milho foi estimada em 952 TM, de feijão 1007TM, amendoim 284 TM, massambala 533 TM e massango 2,550 TM. Entretanto a dieta alimentar da população assenta no consumo da mandioca para a qual as estimativas indicam uma produção total de cerca de 148,000 TM, para as culturas plantadas há cerca de 18 meses. O MINADER considera que a produção de alimentos pode ser superior a estimada para tendo em conta que para as estimativas foram apenas consideradas as famílias que receberam

No que se refere a criação de animais de pequeno porte a nível da província, a situação é preocupante devido a falta de fomento ao longo dos anos. A falta visível de animais de pequeno porte reflecte-se negativamente na diversificação da já precária dieta alimentar.

No quadro de extensão dos programas de agricultura as novas áreas acessíveis, o MINADER, LWF e SCF-US estão a identificar famílias camponesas para a multiplicação de semente de variedades locais nos municípios do Moxico, Leua, Camanongue e Lumege Cameia.

insumos agrícolas de ONGs. A mesma fonte refere que os rendimentos obtidas pelas famílias situam-se em 400 kg/ha para o milho, e 350 kg/ha para o feijão e amendoim.

**Tabela 3.c - Estimativa da produção por culturas - Reassentados e Retornados**

Município	No/famílias	Milho		Massango		Massambala		Feijão vulgar		Amendoim		Macunde		Mandioca	
		Área (ha)	Produção total (TM)	Área (ha)	Produção total (TM)	Área (ha)	Produção total (TM)	Área (ha)	Produção total (TM)	Área (ha)	Produção total (TM)	Área (ha)	Produção total (TM)	Área (ha)	Produção total (TM)
A.Zambeze	5,000	1,667	833	0	0	0	0	625	219	625	313	0	0	5,000	25,000
Bundas	1,725	288	144	1,078	216	575	173	0	0	216	108	0	0	1,725	8,625
Luau	9,700	733	367	0	0	0	0	225	79	163	82	175	61	9,700	48,500
Luchazes	1,115	186	93	697	139	372	112	0	0	225	113	0	0	1,115	5,575
Moxico	12,024	1,167	584	0	0	0	0	260	91	989	495	989	346	12,024	60,120

Fonte:IDA/MINADER

Em Camanongue uma família que recebeu 5 kg de semente de milho, 2,5 de feijão e 2,5 de amendoim obteve produções de milho na ordem dos 85 kg, 58 kg de feijão e 83 kg de amendoim. Estas quantidades permitem aos agregados constitui reservas até 4 meses. Para a mandioca, as estimativas indicam produções na ordem das 5 ton /ha e uma família residente poderá colher cerca de 10 TM, suficiente para fazer face as necessidades alimentares. Noutros municípios as produções de cereais e leguminosas são menores e não permitem aos agregados constituírem reservas. Nestes municípios e para o caso dos residentes o auto-sustento da família estará assente nas colheitas da mandioca e no recurso a fontes alternativas de alimentos.

**Tabela 3.e - Estimativa da produção por culturas - Residentes**

Município	No/famílias	Milho		Massango		Massambala		Feijão vulgar		Amendoim		Macunde		Mandioca	
		Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)	Área (ha)	Produção total (Kg)
Cameia	3,331	433	217	0	0	233	70	163	57	163	82	0	0	3,331	16,655
Camanongue	2,300	392	196	0	0	383	115	383	134	383	192	0	0	2,300	11,500
Leua	4,844	707	354	0	0	283	85	159	56	159	80	0	0	4,844	24,220

Fonte:IDA/MINADER

Em todos os municípios da província, a dieta alimentar das famílias baseia-se no consumo de fuba de mandioca e inclui produtos de origem florestal que também constituem importantes fontes de rendimento para as famílias. Nos municípios de Lumeje Cameia, a actividade principal é a pesca continental e a produção do mel que lhes permitem adquirir o bombo através de trocas comerciais. Estes produtos estão disponíveis durante grande parte do ano e permitem as famílias rurais suprir as suas necessidades alimentares básicas.

De acordo com os técnicos das ONGs e do MINADER, as áreas semeadas pelos deslocados foram muito pequenas, a distribuição de sementes foi tardia e em consequência os rendimentos obtidos foram muito baixos. Na maioria dos casos estas famílias não irão produzir bastante alimentos para ser auto-suficientes até a colheita do ano 2003-04; todavia, as colheitas da mandioca e da batata-doce e outras culturas locais, as colheitas da estação seca e a utilização de estratégias alternativas de geração de rendimentos deveriam permitir-lhes a auto-suficiência alimentar.

**3.4 Previsão para campanha agrícola 2003-04.** De acordo com o MINADER e ONGs envolvidas no sector agrícola, 89,200 famílias irão participar na campanha agrícola 2003-2004, 27% mais que na campanha agrícola corrente ao que se presume maior produção de cereais, leguminosas e mandioca. As quantidades de sementes e instrumentos de trabalho, planificadas para distribuição a estas famílias corresponde a 13% do total das necessidades do país. O apoio à população rural poderá melhorar com o surgimento de um potencial operador no sector agrícola a Acção Agrária Alemã, que irá desenvolver as suas actividades na comuna de Cangumbe nova área acessível no Moxico e outras áreas como Leua onde se estima existirem perto de 3,500 famílias camponesas.

#### 4. Mercados e Preços

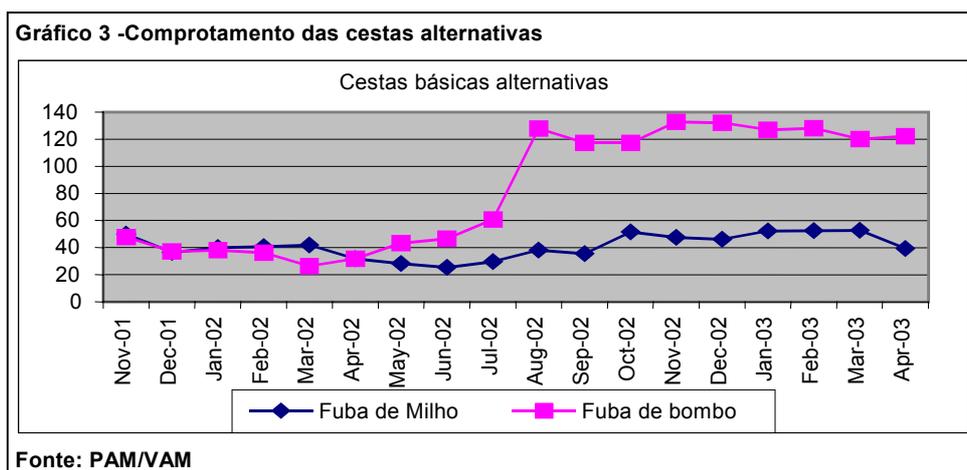
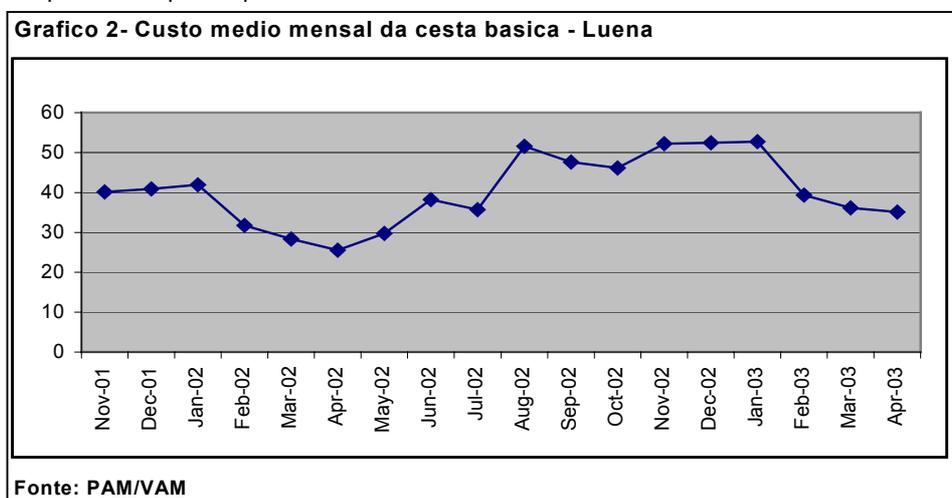
**4.1 Acesso físico aos mercados.** O fluxo comercial por via terrestre reduziu consideravelmente nos meses de Novembro/02 a Fevereiro/03, devido a intensas chuvas que agravaram o já estado de degradação de estradas e pontes que dificultaram a circulação entre o litoral e a capital da província e, desta para os municípios que são fontes importantes de comercialização e de permuta de alimentos de origem agrícola, carne seca e peixe. Isto teve uma repercussão negativa sobretudo nos grupos populacionais que dependem do comércio de revenda de

pequenos itens alimentares e ou permuta de produtos. Como consequência desta situação, a transportação por via aérea de bens alimentares básicos à província aumentou nos meses de Dezembro a Fevereiro, o que originou no mesmo período um aumento no custo dos produtos básicos. O fluxo comercial a nível dos municípios passou a restringir-se ao municípios de Camanongue, Leua e Cameia e de forma muito irregular aumentando nos meses de Março e Abril quando as chuvas começaram a reduzir. Nos municípios do Luau, Alto Zambeze e Bundas os mercados mantiveram-se estáveis no período dada a ligação por estrada com os mercados do Congo Democrático e da Zâmbia.

Em Janeiro, o custo médio mensal da cesta alimentar básica constituída por milho, feijão, óleo e sal cujos preços em kg ou litro foram os mais baixos do mercado municipal do Luena e que permite a uma família de 5 pessoas tomar refeições que forneçam 2,100 Kcal/pessoa/dia durante 30 dias foi de USD 35,12 - 33, 44 % mais baixo que em Outubro de 2002. O gráfico 1 mostra a variação do custo das cestas alimentares básicas e alternativa.

Entre Novembro/02 e Janeiro/03, a subida do custo dos produtos foi influenciada fundamentalmente pela quadra festiva, quando as famílias consomem acima do normal e ou compram para fazer reservas para o mês de Janeiro conhecido como “ mês de maiores carências”. Os produtos básicos que sofreram mais variação dos preços foram o óleo vegetal, feijão, açúcar e sal. A partir de Fevereiro/03 verifica-se uma descida gradual do custo da cesta básica, determinada sobretudo pelo aumento da capacidade de transporte da frota privada e pelo início das colheitas.

A descida do custo da cesta básica na ordem dos 33.43% foi benéfica para os grupos sociais de baixa renda e cujo poder de compra esta ligado ao trabalho diário ocasional em que os rendimentos diários muitas vezes não são suficientes para a compra de produtos alimentares de base.



O gráfico 2 mostra o comportamento das cestas básicas alternativas com fuba de milho e fuba de bombo. A cesta básica com fuba de milho foi estável com pequenas flutuações de subida no período de mais carências entre Setembro e Janeiro porém, com o início da colheita o custo médio poderá baixar nos próximos dois meses, Maio a Junho, período em que as famílias têm maior acesso a fontes mais diversificadas de alimentos. A cesta básica alternativa com fuba de bombo, manteve-se alta mas estável nos últimos quatro meses, de Janeiro a Abril, quando as colheitas de mandioca são reduzidas e feitas basicamente para o consumo familiar havendo portanto baixa, comercialização do produto.

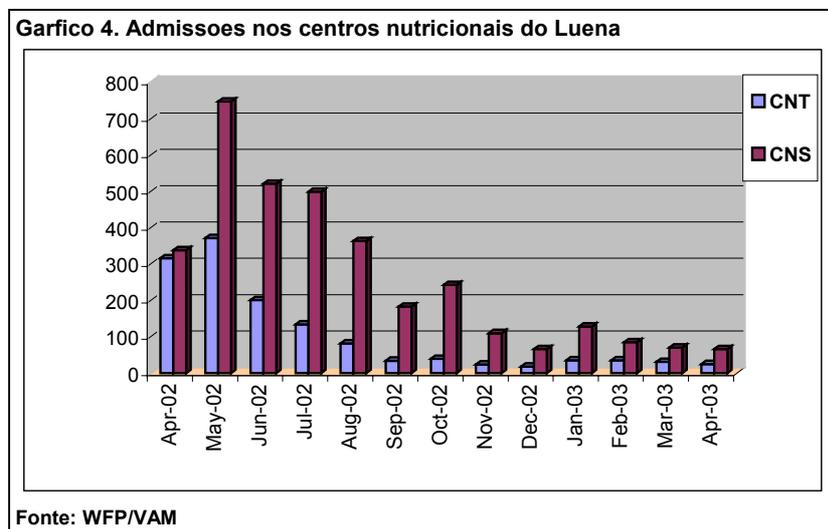
Com o fim da estação chuvosa as ligações inter-municipais e com os mercados fronteiriços irão aumentar significativamente e isto irá reflectir-se no aumento da disponibilidade e diversidade de produtos agrícolas e da carne seca e peixe. O comércio com o litoral será facilitado com o reforço da capacidade de transportação da frota privada com camiões de médio porte o que permitira o escoamento de bens alimentares e outros importados. Para os municípios de Bundas e Luchazes a situação não irá mudar nos próximos meses devido a problemas de acesso físico. O comércio para a sede destas localidades é suportado pelo transporte aéreo e de forma irregular.

## 5. Situação nutricional e de saúde

### 5.1. Nutrição

O retorno da população deslocada as suas áreas de origem, permitiu às famílias o acesso a fontes diversificadas de alimentos, como seja a produção própria em lavras, nas terras baixas ou através de exploração de recursos naturais, proporcionando maior disponibilidade e acesso aos alimentos de base. Como resultado registou-se uma redução acentuada nos casos da malnutrição e no número de estruturas da rede de segurança nutricional.

Em Novembro/02 existiam na província um centro nutricional terapêutico (CNT) localizado no hospital central do Luena e três Centros nutricionais suplementares (CNS) respectivamente dois no município de Luena e um Luau. Um dos CNS que funcionava no Luena foi encerrados em Dezembro/02 devido a melhorias da situação nutricional e a redução no número de beneficiários. Até fins de Abril passaram a existir dois CNS: um que funciona no hospital provincial no Luena que tem como beneficiários principalmente crianças cuja desnutrição é consequência de doenças como o sarampo e um no Luau para atender fundamentalmente crianças retornadas.



O gráfico 4 mostra uma tendência de redução acentuada nas admissões nos centros nutricionais, durante o período em análise e em comparação ao período anterior. No mês de Janeiro/03 houve um ligeiro aumento, em 62 indivíduos no CNS em relação ao mês de Dezembro/02 que pode estar relacionado com a carência de alimentos nos agregados mais pobres, que, em resposta, alteram o seu padrão de consumo, quer pela redução de alimentos quer pela mudança na dieta, suprimindo produtos como o óleo e leguminosas, que são as principais fontes de gorduras e proteínas. Entretanto o MINSA

refere como causas da desnutrição nas crianças, a prevalência de doenças endémicas como a malária e o surgimento frequente de casos de sarampo.

Para o próximo período as previsões indicam para um aumento de casos de malnutrição na província destacando-se a comuna de Cangumbe e o município dos Luchazes devido a fraca capacidade das famílias adquirirem alimentos no mercado e a prevalência de doenças endémicas agravadas com o fraco funcionamento dos serviços de saúde. Nos municípios do Luau, e Alto Zambeze, irá agravar a situação a entrada de ex-refugiados na Zâmbia, que geralmente chegam com algum grau de desnutrição devido a exposição por períodos mais ou menos prolongados à alimentação deficiente.

**5.2 Saúde.** De acordo com a informação do subgrupo provincial de saúde e nutrição, a doença mais frequente diagnosticada nos postos e centros de saúde foi a malária afectando principalmente crianças com menos de 5 anos de idade, que se atribui a falta de conhecimento da população sobre as medidas de prevenção da doença. No município de Camangongue esta doença foi responsável por uma taxa de mortalidade de 2,1% em crianças e 2,9 % na população adulta. Nos municípios do Lumbala Nguimbo e Luchazes 38% dos casos diagnosticados no mês de Março eram de malária.

A Direcção provincial de Saúde Pública informou ainda que, no município do Luena foram diagnosticados no período de Novembro/02 a Abril/03 1,626 casos de malária, provocando 217 óbitos, 1,390 de diarreia com 20 óbitos, 254 de tuberculose com 58 óbitos, 208 de sarampo, 337 de DTS e 12 casos suspeitos de meningite. O programa provincial de vigilância epidemiológica notificou até 30 de Março 23 casos de meningite (12 óbitos) referidos no hospital do Luena e infecções por de sarampo em crianças com menos de 5 anos nos municípios de Luchazes, Luena, Luacano e Leua. A antena epidemiológica do Moxico não possui números de crianças infectadas e de óbitos ocorridos em consequência do sarampo, não sendo por isso possível fazer uma análise do grau de gravidade.

Para reduzir as taxas de infecção e de mortalidade causadas pelo Sarampo, o MINSA em parceria com o UNICEF e ONGs planejou realizar uma campanha de vacinação em todas as localidades da província. Nesta campanha poderão ser vacinadas cerca de 221,112 crianças dos 9 meses aos 15 anos de idade. Em simultâneo será administrada a vitamina a crianças com menos de 5 anos de idade. O subgrupo provincial de saúde informou que há indicações de como as crianças retornadas que chegam da Zâmbia já estão vacinadas, mas serão igualmente abrangidas na campanha Nacional.

A rede sanitária em funcionamento na província foi alargada para todas as sedes municipais e algumas comunais. Os postos de saúde municipais não estão equipados com laboratórios de análises primárias e a maior parte dos postos fixos de vacinação estão equipados com cadeias de frio mas funcionam com irregularidade. No município do Lumabala Nguimbo a MEDAIR prevê reabilitar quatro postos de saúde nas localidades de Sessa, Ninda, Lutumbo e Mussuma, dependendo do melhoramento da situação dos acessos. O MINSA refere ter havido melhorias no sistema de fornecimento de medicamentos essenciais aos postos de saúde, tanto a nível de municípios como em algumas comunas. Cada posto de saúde recebeu durante o período 1 kit básico. Os postos de saúde de Camanongue, Alto Zambeze e Cazombo geridos pelas ONGs mantiveram um bom nível de assistência médica.

**5.3 Acesso aos serviços de saúde.** A análise sobre o acesso aos serviços de saúde foi feita com base na informação sobre o número de crianças vacinadas contra a DPT I, II e Sarampo. Os dados fornecidos pelo PAV permitem fazer uma análise da frequência de idas aos postos de saúde e também do nível de funcionamento dos serviços de saúde. A cobertura da província em estruturas de saúde é bastante deficiente e as pessoas têm pouco ou nenhum acesso aos serviços. A tabela abaixo mostra que apenas em 6 dos 9 municípios da província existem programas de vacinação, que funcionam nas sedes destes municípios.

**Tabela 4- Numero de crianças vacinadas contra a DPT I, III e sarampo**

	Moxico			Camanongue			Leua			Lumeje Cameia			Luau			Cazombo		
	DPT1	DPT3	Sarp.	DPT1	DPT3	Sarp.	DPT1	DPT3	Sarp.	DPT1	DPT3	Sarp.	DPT1	DPT3	Sarp.	DPT1	DPT3	Sarp.
Nov-02	577	199		201	4		39			94	8		1043			7		
Dez/02	291	131		63	4		18									54	1	
Jan	265	123		69	39		90						117	9				
Fev	534	212		183	118													
Mar	343	176		63	50		89											

Em todos os municípios para os quais foi possível obter dados, há uma redução acentuada nos números de que tomam a primeira vacina da DPT e a 3ª dose e não existem dados sobre a vacina contra o Sarampo. Isto é devido por um lado a má qualidade dos serviços prestados pelas estruturas de saúde no que respeita aos cuidados materno-infantis e também a pouca importância que a população atribui a vacinação como meio de prevenção da doença.

**5.4 Saneamento.** Em todos os municípios e comunas é notória a ausência de sistemas de saneamento básico. Durante o período das chuvas aumentam os locais com água estagnada o que contribui para o elevado número de casos de malária. Dados das ONGs com intervenções na área de saneamento, informam que no geral apenas 5,8 % da população utiliza latrinas. Esta proporção é ligeiramente superior no município do Lumabala Nguimbo, onde segundo, a MEDAIR, 16% da população utiliza latrinas.

Os rios, fontes naturais, lagos e lagoas constituem fontes de água para a maioria da população rural e urbana. As ONGs referem que a população nos municípios de Camanongue, Luau e Lumabala Nguimbo utiliza água segura para beber, de fontes naturais protegidas ou de bombas manuais, registando-se por isso baixos ou nulo aparecimento de casos de diarreia.

Para melhorar a situação noutros municípios a LWF e MEDAIR estão a melhorar os sistemas de fornecimento de água à população através da abertura de poços, colocação de bombas manuais e protecção de fontes naturais.

**5.5 Situação do HIV/SIDA.** O Hospital central do Luena é a única instituição oficial que realiza testes de HIV/SIDA na província do Moxico no âmbito de controlo e análise da qualidade do sangue. Os dados obtidos do banco de sangue (Hemoterapia) através do MSF-B, que presta apoio institucional e material ao banco, referem que durante o período Janeiro/03 a Abril /03, foram realizados 766 testes de HIV/SIDA a doadores de sangue que ajudam os seus familiares, que normalmente internam ou chegam ao banco de urgência, pediatria e bloco operatório dos quais resultaram 7 casos positivos. Os números de pacientes com doenças relacionadas com o HIV são preocupantes; no primeiro trimestre do ano foram diagnosticados no hospital do Luena, 337 doentes com DTS e 254 com tuberculose. Estes dados, que são muito inferiores ao real porque a maior parte das pessoas só recorre aos hospitais quando já estado terminal da doença, indicam o risco de infecção as que as pessoas estão expostas.

As autoridades sanitárias na província referem que os níveis de infecção actual são considerados baixos mas o retorno de aproximadamente 65 mil refugiados e considerando as taxas de incidência de SIDA nos países fronteiriços da RDC e Zâmbia, os casos poderão aumentar nos próximos meses. O UNICEF, GOAL e o MINSA

estão a desenvolver uma ampla campanha de sensibilização contra o HIV/SIDA sobretudo nos municípios de Moxico, Camanongue e Leua.

## **6. Meios de sustento e estratégias de sobrevivência**

As actividades de sustento da população rural varia entre as regiões sócio económicas e entre o meio urbano e rural. Nos municípios de Moxico, Leua, Camanongue, Luau, Alto Zambeze e Bundas a agricultura é a principal actividade geradora de rendimentos, enquanto que nos municípios de Lumeje e Luacano a pesca continental, nas chanas e lagos e a produção do mel constituem a fonte primária de rendimentos. No meio urbano grande parte da população dedica-se a actividades relacionadas com o mercado, compra, venda e transporte de produtos. As mulheres e crianças deslocadas e residentes pobres adoptaram como actividades de sustento a realização de trabalhos domésticos como a limpeza de residências, transformação do bombo e a capina dos quais obtêm pagamento que variam de 50 a 100.00Kz dia.

Nos sistemas rurais, tanto os residentes como os retornados detêm a posse de exploração dos recursos, como a terra mas, são os residentes os que mais benefícios tiram desta actividade pelo facto de não terem perdido os meios de produção e, manter portanto a sua capacidade produtiva. Para suprir as necessidades alimentares, a produção agrícola é geralmente complementada com a realização de actividades complementares, que são remuneradas em dinheiro (50.00KZ) ou três bolas de bombo por jornada.

Os retornados nos sistemas de agricultura, tiveram como maiores oportunidades de gerar rendimentos as empreitadas nas lavras dos residentes e o transporte de mercadorias. As empreitadas agrícolas foram mais realizadas entre os meses de Novembro e Janeiro, período que correspondeu a época de sementeira e plantação e de maior volume de trabalho agrícola, baixando depois nos meses de Fevereiro a Abril em que se verifica uma redução da actividade. Nos municípios do Moxico e Luau, os jovens principalmente, dedicaram-se também ao transporte de mercadoria, quer de produtos provenientes das colheitas ou do comércio com a Zâmbia ou RDC ou do circuito comercial interno.

Os rendimentos obtidos nas empreitadas não foram suficientes para garantir uma refeição/dia para um agregado de 5 pessoas. Um dia de trabalho correspondia a um pagamento de 50 kz/dia ou 150.00 KZ quando há três membros da activos da família enquanto que no mesmo período uma refeição para o mesmo numero de pessoas estava estimada em 230.00 a 250.00 kz.

Durante a época de cacimbo, entre Maio a Julho, a actividade agrícola concentra-se na preparação do cultivo nas e baixa espera-se que haja uma redução das empreitadas nas lavras, pois corresponde a época de menor actividade agrícola, mas poderá aumentar entre Agosto e Outubro que correspondem a épocas de preparação do terreno, sementeira e plantação. As oportunidades para o transporte de mercadoria poderão aumentar, com o aumento da actividade de mercado entre os municípios durante a época seca e manter-se nos primeiros meses da época das chuvas quando ainda se verifica a circulação regular de pessoas e bens.

A produção e venda do carvão aumenta durante a época seca aumentando por isso a oferta e em contrapartida diminui o preço de venda. Na época das chuvas a quantidade de carvão produzida é geralmente baixa em relação as necessidades do mercado, aumentando por isso o preço de venda e a sua contribuição na renda familiar.

Das actividades relacionadas com a exploração de recursos naturais, as mais realizadas foram a recolha de produtos silvestres como os cogumelos e frutos, em que parte destes foram utilizados directamente na alimentação da família e outra foi canalizada para o mercado. Neste produtos há ainda a destacar o processo de conservação, como a secagem o que o torna disponível no mercado por períodos longos.

Nos municípios e de Lumeje Cameia e Luacano a pesca artesanal e uma actividade importante no período as chuvas em que se ocorre o aumento do nível das aguas das chanas e lagos. O peixe das chanas como é conhecido foi amplamente comercializado na província e na província da Lunda Sul, e os rendimentos obtidos tiveram um impacto positivo na renda do agregado. Na época seca a pesca é realizada nos rios mas a sua importância como actividade geradora de rendimentos é bastante reduzida.

A caça, venda de mel e de lenha são actividades realizadas nos períodos de transição e no início da época das chuvas- Agosto a Outubro. A caça é fundamentalmente praticada por jovens e os rendimentos são utilizados para satisfazer as necessidades pessoais em roupas e outros produtos industrializados como rádios ou para compra de meios de transporte (bicicletas) mas, dificilmente contribuem para a alimentação do agregado. Neste período as mulheres asseguram o sustento da família com o produto venda de lenha e de bebidas caseiras geralmente feitas à base do mel. A tabela 5 a seguir resume as actividades de sustento mais realizadas pelas famílias no meio rural e como estas variam ao longo do ano.

Os agregados com reduzida capacidade de sustento adoptam em determinadas épocas do ano estratégias de sobrevivência por períodos mais ou menos prolongados. As estratégias mais adoptadas pelos retornados e deslocados, que são grupos ainda não estabelecidos economicamente, estão relacionadas com alterações no padrão de consumo alimentar como seja a redução do numero de refeições e das quantidades de refeições. Estas estratégias foram adoptadas entre os meses de Novembro e Fevereiro, que corresponde ao período em que as culturas estão na fase de crescimento, não havendo portanto possibilidade de colheitas. As oportunidades de geração de renda como a venda de mão de obra ou de exploração de recursos naturais, são muitas registando-se portanto maior oferta de mão de obra. Nestas circunstancias os quantitativos de pagamento baixam e reduzem-se também o acesso aos alimentos de base. De uma maneira geral a adopção

destas estratégias de sobrevivência tendem a reduzir a partir do período em que as famílias começam a realizar as primeiras colheitas, ou seja no mês de Fevereiro.

Tabela 5 – Meios de sustento

Actividades		Periodo corrente		Previsao		
		Nov-Jan	Fev-Abr	Mai-Jul	Ago-Out	
Fontes alternativas de rendimento	Mao de obra	Empreitadas agricolas	?	?	?	?
		Transporte de mercadorias	?	?	?	?
		Trabalho domestico p/outrem	?	?	?	?
	Transform. produtos (mercado ou naturais)	Producao/venda caseira de bebidas alcoholicas	?	?	?	?
		Producao e venda de artesanado	n.a	n.a	n.a	n.a
		Fabrico de adobe	n.a	n.a	?	?
	Exploracao de Recursos Naturais	Producao/venda de carvao	?	?	?	?
		Recolha de alimentos silvestres	?	?	?	?
		Pesca artesanal	?	?	?	?
		Caça	?	?	?	?
	Estrategias sobrevivencia	Recolha e venda de mel	?	?	?	?
		Recolha de lenha	?	?	?	?
		Consumo de alimentos nao preferidos	n.a	n.a	n.a	?
Estrategias sobrevivencia	Reducao das quantidades de alimentos	?	?	?	?	?
	Reducao do numero de refeicoes	?	n.a	n.a	n.a	?
	Eliminacao de refeicoes	n.a	n.a	n.a	n.a	?
	Venda de bens produtivos	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

**Legenda:**

? não houve mudança

? aumento da actividade

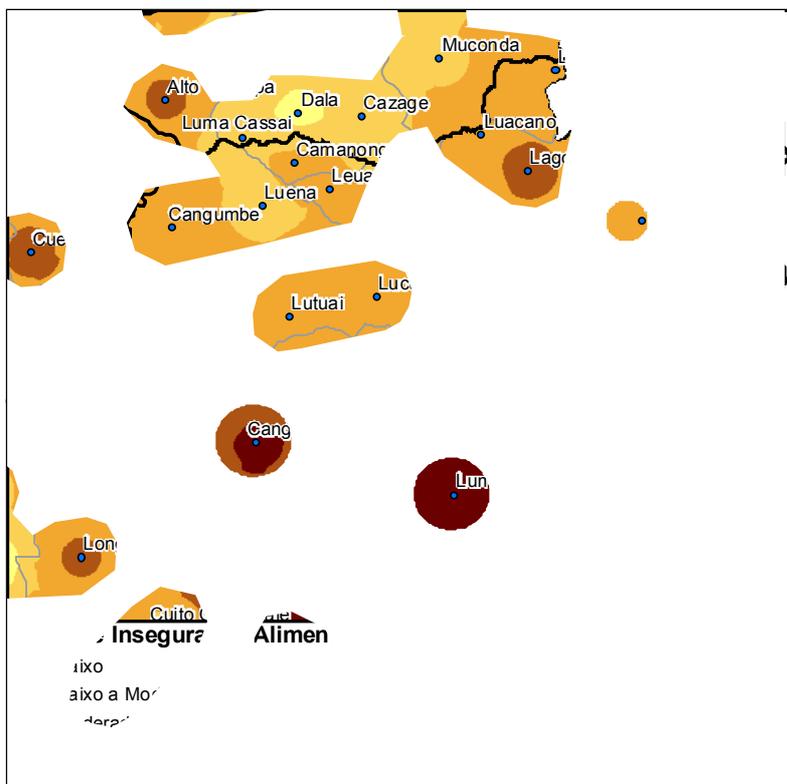
? redução da actividade

n.a não se aplica

### 7. Áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar

7.1 Áreas em risco de insegurança alimentar. Com base na análise efectuada considerando os factores que concorrem para segurança alimentar tratados nesta avaliação, apresenta-se na tabela 6 e no mapa 2 as áreas geográficas para as quais há informação e os respectivos graus de insegurança alimentar.

A área geográfica de maior vulnerabilidade é a comuna de Cangumbe, no município do Moxico seguida do



Lovua e Lumbala Caquengue (Alto Zambeze) e Cagamba (Luchazes). Na comuna de Cangumbe porque as condições dos acessos são más não permitindo o desenvolvimento de actividades de trocas comerciais, os resultados da produção agrícola serem muito fracas e não existirem serviços de saúde. Os cerca de 3,500 populares em Cangumbe recorrem a fontes alternativas de sustento para complementar as baixas produções agrícolas e fazer face as carências alimentares. O abastecimento em medicamentos para os postos de saúde é feito de forma irregular e os postos de vacinação são inexistentes o que torna as crianças susceptíveis a doenças como o sarampo. As restantes áreas apresentam risco Moderado e Baixo mas a situação de saúde

continua a ser preocupante e os populares recorrem ao mercado ou têm de percorrer longas distancias para ter acesso aos postos existentes nas sedes municipais.

**Tabela 6 - Risco geográfico à insegurança alimentar\***

Áreas Geográficas		Acessibilidade	Agricultura	Actividades económicas e mercados	Saúde, Nutrição e Saneamento	Meios de sustento	Grau de risco
Municípios	Localidade						
A.Zambeze	Cazombo	+	-	+	-	+	MB
	Caianda	-	+	+	?	+	MB
	Calunda	+	+	±	?	+	B
	Lovua	--	+	--	?	+	M
	L. Caquengue	--	+	-	?	+	M
	Macondo	+	+	+	?	+	B
	Cavungo	?	+	±	?	+	?
Camanongue	Camanongue	+	+	+	±	+	B
Cameia	Cameia	-	+	±	?	+	MB
Leua	Leua	-	+	±	-	+	MB
	Liangongo	±	+	±	--	+	MB
Luacano	Luacano	--	?	--	-	?	?
	Lago Dilolo	--	?	--	-	?	?
Luau	Luau	+	+	+	±	+	B
Luchazes	Cagamba	±	±	±	-	±	M
	Tempue	-	?	-	-	?	?
	Cassamba	-	?	-	-	?	?
	Muie	?	?	?	-	?	?
	Cangombe	?	?	?	-	?	?
Moxico	Luena	±	+	+	±	+	B
	Cangumbe	-	-	-	-	±	ME
	Lucusse	±	+	+	-	+	MB
	Lutai	?	?	?	-	?	?
Bundas	L.Nguimbo	+	+	+	±	+	B
	Chiume	--	?	-	?	?	?
	Lutembo	--	?	-	?	?	?
	Mussuma	--	?	-	?	?	?
	Ninda	--	?	-	?	?	?
	Cessa	--	?	-	?	?	?
	Luvuei	--	?	-	?	?	?

**7.2 Levantamento dos grupos populacionais.** A população em risco à insegurança alimentar existente em cada comuna, foi agrupada em cinco grupos populacionais. Para a atribuição da vulnerabilidade a cada um dos grupos foram considerados como indicadores os resultados da produção agrícola e as reservas alimentares constituídas pelos agregados, a capacidade de aquisição de produtos e de acesso aos serviços e bens de consumo, a situação nutricional e a necessidade de adopção e grau de severidade de estratégias de sobrevivência. Com base nestes indicadores os grupos foram classificados em três diferentes níveis de vulnerabilidade nomeadamente: nível I constituído pelos grupos considerados como as mais vulneráveis, nível II os grupos que apresentam vulnerabilidade intermédia, ou seja que são menos vulneráveis que os do nível I mas mais vulneráveis de que os do nível III e nível III os menos vulneráveis. A tabela 9 apresentada em anexo I mostra a distribuição numérica dos grupos populacionais nas diferentes localidades e por nível de vulnerabilidade.

**Deslocados após Outubro de 2001 (IDP).** Este grupo está constituído por pessoas que abandonaram as suas de origem por causa do conflito e desmobilizados da Unita e seus familiares que se encontram em campos de deslocados, ao redor das cidades ou em centros de transito. Encontram-se maioritariamente no município de Moxico, onde irão permanecer pelo menos até o mês de Julho, altura em se prevê o retorno às suas áreas de origem. Estima-se que existem na província cerca de 36,000 IDPs, constituindo cerca de 12% do total da

\* Os símbolos indicam: + Situação boa; ± Situação a monitorar; - Situação preocupante; -- Situação crítica; ? Falta de informação; E Vulnerabilidade Elevada; ME - Vuln. Moderada a Elevada; M - Vuln. Moderada; MB - Vuln. Moderada a Baixa e B - Vuln. Baixa

população vulnerável. A maioria dos deslocados internos já cultivou em uma campanha agrícola, desenvolvem algumas actividades alternativas de geração de renda e são ainda beneficiários da assistência alimentar; foram por isso classificados no nível II de vulnerabilidade. Uma pequena proporção destes deslocados, cerca de 0,76% do total desenvolvem actividades de mercado e consideram-se com maior capacidade para o auto sustento da família. Por esta razão foram classificados no nível III de vulnerabilidade.

**Retornados (RET)** Registou-se o movimento de retorno de antigos deslocados que se encontravam em campos, áreas de reassentamento ou nas matas e de desmobilizados da UNITA e familiares para os seus locais de residência ou de origem. Muitas famílias que se encontravam refugiadas na República da Zâmbia e na RDC regressaram ao país através das fronteiras com o Luau, Cazombo e Lumbala Nguimbo. Este grupo está constituído de cerca de 173,700, pessoas. Cerca de 54,662, correspondendo a 17% do total não se inseriram no mercado e dependem da assistência alimentar; foram classificados no nível de vulnerabilidade I. Os restantes 79,968 (24,%) foram classificados no nível II, por terem maior inserção no circuito de mercado de trabalho e 39.085 (11,94) no nível III. Estes são os que melhor fazem recurso as oportunidades de sustento.

**Residentes vulneráveis.** Encontram-se maioritariamente em áreas que se tornaram acessíveis depois do fim do conflito, distribuídos em quase todos os municípios. Constituem o segundo maior grupo, com cerca de 89,860 pessoas, perfazendo 33% do total. 23,440 pessoas classificadas no nível I não tiveram apoios em insumos agrícolas e têm reduzida capacidade de sustento. No nível II foram classificados 41,520 pessoas que tiveram apoios em insumos agrícolas e realizam colheitas embora em pequenas quantidades. No nível III foram enquadrados 24,900 residentes que mantiveram alguma capacidade de produção mas, recorrem a actividades alternativas para satisfazerem as necessidades alimentares.

**Grupos socialmente vulneráveis.** Constituem este grupo famílias chefiadas por mulheres, idosos e deficientes físicos com capacidade produtiva reduzida e com dificuldades de inserção no meio. Estimam-se que cerca de 6,380 pessoas em todas as comunas. Cerca de 3,580 pessoas são maioritariamente residentes no Luena entre velhos e portadores de deficiência que dependem das redes de segurança social do MINARS e de instituições religiosas foram classificados no nível I de vulnerabilidade. No nível II foram classificadas 2,800 pessoas que vivem nas sedes comunais onde ainda se exploram os laços de consanguinidade.

## 8. Conclusões: Índice integrado de vulnerabilidade.

O índice integrado de vulnerabilidade em anexo I permite tirar conclusões sobre os grupos e numero de pessoas em situação de insegurança alimentar ou de vulnerabilidade elevada e sua localização geográfica e permite ainda a análise comparativa da vulnerabilidade dos grupos entre diferentes localidades na província e dentro da mesma área geográfica. Tabela 7 a seguir apresenta o resumo do índice integrado e da indicação do numero de pessoas nos grupos populacionais e o seu respectivo grau de vulnerabilidade.

**Tabela 7-Resumo do índice integrado de vulnerabilidade**

Grau de Vulnerabilidade	Grupos Populacionais					Sub-tot
	IDP	RET	REA	RES-V	GSV	
<b>Insegurança alimentar</b>	0	14,500	0	4,100	1,100	19,700
<b>Vulnerabilidade elevada</b>	0	65,850	12,000	16,190	2,330	96,370
<b>Vulnerabilidade moderada</b>	24,000	25,200	0	25,400	2,200	76,800
<b>Vulnerabilidade potencial</b>	2,500	19,100	0	23,600	0	45,200
<b>Total</b>	<b>26,500</b>	<b>124,650</b>	<b>12,000</b>	<b>69,290</b>	<b>5,630</b>	<b>238,070</b>

### Conclusões

Encontram-se na província e em situação de insegurança alimentar um número aproximado de 19,700 pessoas, que necessitam de ajuda alimentar de modo a ter acesso aos alimentos de base. Cerca de 17,200 destas pessoas encontram-se em localidades que apresentam boas oportunidades em termos de meios de sustento e estes grupos maioritariamente constituídos por retornados poderão no próximo período reduzir o seu grau de vulnerabilidade.

Em situação de vulnerabilidade elevada encontram-se cerca de 96,390 pessoas que se encontram em quase todas as comunas. Maioritariamente constituídos por retornados (65,850 pessoas) seguidos pelos grupos residentes vulneráveis (16,190). Os dados de população mesmo a nível de comuna são praticamente inexistentes e os que estão disponíveis são geralmente disparos. Assim, os números de residentes vulneráveis poderão ser superiores aos reportados. Não estão aqui incluídos os residentes que se encontram em áreas para as quais não ha informação suficiente. Estas pessoas necessitam de ajuda alimentar de modo a se prevenir a degradação do seu estado nutricional e o aparecimento de casos de desnutrição nas crianças Os populares que se encontram em áreas inacessíveis nas comunas de Macongo e Cavungo, nos municípios do Luacano, Luchazes e Bundas, num total de cerca de 20,000 que encontram-se em situação de insegurança alimentar a sua situação poderá piorar nos próximos meses, caso as áreas se mantenham inacessíveis para a assistência humanitária.

Os grupos populacionais classificados no nível II de vulnerabilidade, entre deslocados retornados e residentes vulneráveis que se encontram nas áreas geográficas de moderado a baixo e baixo, estimados em 76,800 pessoas encontram-se num grau moderado de vulnerabilidade à insegurança alimentar. Para estes grupos prevê-se que a situação alimentar poderá melhorar nos próximos meses em que aumenta o volume das colheitas da mandioca e se regista o aumento de actividades de sustento melhor remuneradas. Aproximadamente 13,000 pessoas que se encontram em áreas não acessíveis na comuna do Lago Dilolo e no município do Lumbala Nguimbo poderão encontrar-se em situação de insegurança alimentar nos próximos meses.

### 9. Recomendações

Com base nas conclusões sobre os grupos mais vulneráveis e a sua localização, foi possível tecer algumas recomendações, para os membros da comunidade humanitária e instituições do Governo provincial.

- A Direcção Provincial do MINADER e as ONGs que trabalham no sector deverão realizar avaliações das necessidades críticas em sementes por município e em função do potencial agrícola de modo a melhor direccionar as ajudas em inputs agrícolas
- No processo de identificação dos beneficiários dos projectos agrícolas deverão ser priorizados os retornados e residentes vulneráveis em áreas potencialmente agrícolas e recentemente acessíveis e as que se poderão tornar acessíveis até ao início da próxima campanha agrícola.
- As ONGs do sector agrícola deverão identificar, em colaboração a Direcção Provincial do MINADER, projectos de multiplicação de variedades precoces de mandioca e de batata-doce nas áreas recentemente acessíveis.
- O MINADER e as ONGs com projectos no sector agrícola deverão melhorar o sistema de monitoria da campanha agrícola de modo a fornecer dados mais fiáveis sobre os resultados da campanha agrícola e do impacto das ajudas prestadas às famílias.
- As ONGs que trabalham no sector de desminagem deverão fornecer aos parceiros e de forma regular, informação sobre o processo de desminagem em curso e mapear as áreas desminadas e em risco
- A Direcção Provincial do MINSA deverá melhorar o sistema de abastecimento de medicamentos a todas as áreas e assegurar a presença de pessoal técnico que possa monitorar a saúde e o estado nutricional das crianças nestas áreas
- O MINSA e OMS deverão envidar esforços para instalar na província o laboratório de análises no banco de sangue para o rastreio de doenças sexualmente transmissíveis e outras que estejam relacionadas com infecções do HIV.
- O MINSA, UNICEF e OMS deverão melhorar o sistema de informação e sensibilização sobre o HIV/SIDA direccionados para os grupos de risco e priorizando as áreas de entrada de regressados.
- O PAM deverá prestar a assistência alimentar com base em resultados de avaliações de necessidades alimentares e deverá igualmente realizar avaliações regulares da situação alimentar das comunidades onde tem beneficiários de modo a fazer ajustamentos no seu programa.
- O PAM deverá incentivar a implementação de projectos de comida pelo trabalho em áreas de retorno para reconstrução ou construção de infra-estruturas sociais, escolas e postos de saúde e de infra-estruturas agrícolas.
- O MINADER e seus parceiros deverão implementar projectos de exploração e de gestão de recursos naturais, como a pesca artesanal e produção do mel e melhorar o sistema de conservação e de escoamento dos produtos.
- O grupo provincial humanitário deverá melhorar o sistema de coordenação de modo a melhorar as suas acções e evitar eventuais sobreposições e melhorar o sistema de informação como seja os dados sobre os grupos populacionais existentes nas diversas localidades.
- O grupo provincial humanitário deverá expandir a suas acções para as comunas de Cangumbe, Lumbaba Caquengue e Lovua que possuem risco de vulnerabilidade geográfica Moderado a Elevado e Moderado de onde há informação de existirem 22,500 pessoas em situação de insegurança alimentar e de vulnerabilidade elevada.





